



MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR  
PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR EM BOA VISTA/RR  
1º PROCESSO PÚBLICO DE SELEÇÃO DE RESIDENTES/2023  
DIREITO

INSTRUÇÕES

1. Escreva seu nome completo, de forma legível, no local indicado;
2. No cartão de respostas, escreva a alternativa considerada correta para cada questão, conforme exemplo abaixo;
3. Será anulada a questão que contiver mais de uma resposta ou rasure;
4. A prova terá duração de 3 horas;
5. O caderno de questões e o cartão de resposta deverão ser preenchidos com caneta esferográfica azul ou preta e devolvidos ao fiscal ao término da prova;
6. As provas serão realizadas sem consulta a qualquer material, não sendo permitida, durante sua realização, a comunicação entre candidatos, bem como a utilização de aparelhos eletrônicos (BIP, telefone celular, gravador, pager, etc.), livros, anotações, dentre outros materiais.

Exemplo de resposta:

| QUESTÕES | RESPOSTA                         |                                  |   |                                  |
|----------|----------------------------------|----------------------------------|---|----------------------------------|
| 1        | A                                | <input checked="" type="radio"/> | C | D                                |
| 2        | A                                | B                                | C | <input checked="" type="radio"/> |
| 3        | <input checked="" type="radio"/> | B                                | C | D                                |



MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR  
PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR EM BOA VISTA/RR  
1º PROCESSO PÚBLICO DE SELEÇÃO DE RESIDENTES/2023  
DIREITO

CARTÃO DE RESPOSTAS

NOME DO CANDIDATO(A): \_\_\_\_\_

DATA DE NASCIMENTO: \_\_\_\_\_

ASSINATURA: \_\_\_\_\_

| QUESTÕES | RESPOSTAS |   |   |   |   |
|----------|-----------|---|---|---|---|
| 1        | A         | B | C | D | E |
| 2        | A         | B | C | D | E |
| 3        | A         | B | C | D | E |
| 4        | A         | B | C | D | E |
| 5        | A         | B | C | D | E |
| 6        | A         | B | C | D | E |
| 7        | A         | B | C | D | E |
| 8        | A         | B | C | D | E |
| 9        | A         | B | C | D | E |
| 10       | A         | B | C | D | E |
| 11       | A         | B | C | D | E |
| 12       | A         | B | C | D | E |
| 13       | A         | B | C | D | E |
| 14       | A         | B | C | D | E |
| 15       | A         | B | C | D | E |
| 16       | A         | B | C | D | E |
| 17       | A         | B | C | D | E |
| 18       | A         | B | C | D | E |
| 19       | A         | B | C | D | E |
| 20       | A         | B | C | D | E |
| 21       | A         | B | C | D | E |
| 22       | A         | B | C | D | E |
| 23       | A         | B | C | D | E |
| 24       | A         | B | C | D | E |
| 25       | A         | B | C | D | E |



PORTUGUÊS

1           As discussões em torno de questões como “o que é  
2 justiça?” ou “quais são os mecanismos disponíveis para  
3 produzir situações cada vez mais justas ao conjunto da  
4 sociedade?” não são novidade. Autores do século XIX já  
5 procuravam construir análises para identificar qual o sentido  
6 exato do termo justiça e quais formas de promovê-la eram  
7 possíveis e desejáveis ao conjunto da sociedade à época.  
8 O debate se enquadra em torno de três principais ideias:  
9 bem-estar; liberdade e desenvolvimento; e promoção de formas  
10 democráticas de participação. Autores importantes do campo  
11 da ciência política e da filosofia política e moral se debruçaram  
12 intensamente em torno dessa questão ao longo do século XX,  
13 e chegaram a conclusões diversas uns dos outros. Embora a  
14 perspectiva analítica de cada um desses autores divirja entre si,  
15 eles estão preocupados em desenvolver formas de promoção de  
16 situações de justiça social e têm hipóteses concretas para  
17 se chegar a esse estado de coisas.

18           Para Amartya Sen, por exemplo, a injustiça é  
19 percebida e mensurada por meio da distribuição e do alcance  
20 social das liberdades. Para Rawls, ela se manifesta  
21 principalmente nas estruturas básicas da sociedade e sua  
22 solução depende de uma nova forma de contrato social e de  
23 uma definição de princípios básicos que criem condições de  
24 promoção de justiça. Já para Habermas, a questão gira em  
25 torno da manifestação no campo da ação comunicativa, na qual  
26 a fragilidade de uma ação coletiva que tenha pouco debate ou  
27 pouca representação pode enfraquecer a qualidade da  
28 democracia e, portanto, interferir no seu pleno funcionamento,  
29 tendo, por consequência, desdobramentos sociais injustos. Em  
30 síntese, os autores argumentam a favor de instrumentos  
31 variados para a solução da injustiça, os quais dependem da  
32 interpretação de cada um deles acerca do conceito de justiça.

Augusto Leal Rinaldi. *Justiça, liberdade e democracia. In: Pensamento Plural*. Pelotas [12]: 57-74, jan.-jun./2013 (com adaptações).



MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR  
PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR EM BOA VISTA/RR  
1º PROCESSO PÚBLICO DE SELEÇÃO DE RESIDENTES/2023  
DIREITO

**1. A respeito dos aspectos linguísticos do texto, marque a alternativa VERDADEIRA (CESPE/CEBRASPE. 2018. STJ. Cargos: 10 e 12. Adaptada):**

- A) A correção gramatical do texto seria mantida caso se empregasse o acento indicativo de crase no vocábulo “a” em “a esse estado de coisas” (ℓ.17).
- B) Nos trechos “se debruçaram” (ℓ.11) e “se chegar” (ℓ.17), a partícula “se” recebe classificações distintas.
- C) A correção gramatical e os sentidos do texto seriam preservados se o seu último período fosse reescrito da seguinte maneira: Em síntese, os autores argumentam a favor de instrumentos variados para a solução da injustiça e dependem da interpretação de cada um desses instrumentos relativos ao conceito de justiça.
- D) A expressão “estado de coisas” (ℓ.17) refere-se à “perspectiva analítica de cada um desses autores” (ℓ.16).

**O impacto das tecnologias de informação na geração do artigo científico:**

O interesse pela comunicação científica e pela produção da literatura científica foi intenso nas décadas de 1960 e 1970 e produziu estudos hoje considerados clássicos, mas diminuiu gradualmente de meados de 1970 em diante. Agora, no entanto, há um fato novo, que traz de volta o tópico à discussão e consideração. O estágio atual da tecnologia da comunicação permite, com o auxílio do computador pessoal, contatos muito abrangentes, rápidos e eficientes, entre pessoas localizadas em qualquer lugar, desde que tenham acesso a redes de comunicação. O desenvolvimento nessa área tem sido muito grande e continua em passo muito acelerado. A internet está se tornando presente e acessível em toda parte, especialmente aos professores e pesquisadores nas universidades, permitindo, além da conversa reservada entre duas ou mais pessoas, acesso a uma gama imensa de informações e serviços. O impacto potencial das novas formas de comunicação para o periódico científico e para as bibliotecas universitárias e de pesquisa é enorme. Não é só a comunicação informal que é afetada. A edição de trabalhos, acabados ou não, e a sua distribuição, mediante as várias possibilidades que o meio eletrônico oferece, são tão fáceis que podem tornar cada usuário um editor e distribuidor. As iniciativas nessa área, documentadas na literatura, incluem a presença de editoras comerciais, universidades e indivíduos. Quer dizer: o fluxo da informação científica está sendo alterado.

MUELLER, S. P. M. Disponível em: <http://revista.ibict.br>.

Acesso em: 18 abr. 2015 (adaptado).



MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR  
PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR EM BOA VISTA/RR  
1º PROCESSO PÚBLICO DE SELEÇÃO DE RESIDENTES/2023  
DIREITO

2 De acordo com o texto, o uso das tecnologias de informação e comunicação no ambiente acadêmico está (INEP. ENEM. 2022. Reaplicação. Adaptada):

- A) promovendo mudanças significativas no desenvolvimento da sociedade, com novas estratégias de construção do conhecimento.
- B) proporcionando a troca de informações entre os centros de pesquisa, com redução de custos para as bibliotecas e universidades.
- C) acelerando as formas de publicação dos trabalhos científicos, com impactos negativos para as editoras e bibliotecas universitárias, e, também, gerando a publicação de trabalhos inacabados, com a divulgação de pesquisas sem comprovação e avaliação de professores e pesquisadores.
- D) incentivando o desenvolvimento de pesquisas com a utilização de computadores, com resultados consagrados na literatura científica.

3 Leia atentamente o trecho destacado do conto “Seminário dos ratos”, no qual o Chefe das Relações Públicas dirige-se ao Secretário do Bem-Estar Público e Privado. Em seguida, assinale a alternativa CORRETA. (ITA. 2021. Vestibular. 1ª Fase. Adaptada).  
— *Bueno*, ontem à noite ele sofreu um pequeno acidente, Vossa Excelência sabe como anda o nosso trânsito! Teve que engessar um braço. Só pode chegar amanhã, já providenciei o jatinho — acrescentou o jovem com energia. — Na retaguarda fica toda uma equipe armada para a cobertura. Nosso Assessor vai pingando o noticiário por telefone, criando suspense até o encerramento, quando virão todos num jato especial, fotógrafos, canais de televisão, correspondentes estrangeiros, uma apoteose. *Finis coronat opus*, o fim coroa a obra!

- A) a passagem exprime a moral da história, qual seja: a política é impossível sem jatinhos.
- B) a preocupação das personagens com as aparências e a comunicação com o público representa os seus ideais republicanos e democráticos.
- C) a preocupação principal das personagens era promover uma comunicação transparente e honesta com o público. Além disso, a linguagem do Chefe das Relações Públicas evidencia que ele não se preocupa apenas com os objetivos, mas também com a dignidade dos meios para atingi-los.
- D) a tradução do adágio latino, na última frase, indica a mentalidade utilitarista e a falta de princípios superiores das personagens em questão.



MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR  
PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR EM BOA VISTA/RR  
1º PROCESSO PÚBLICO DE SELEÇÃO DE RESIDENTES/2023  
DIREITO

4 Observe a tirinha a seguir e responda à questão. (ITA. 2016. Vestibular. 1ª Fase. Adaptada).



[http://2.bp.blogspot.com/\\_wBWh8NQA78/TBWEMQ8147I/AAAAAAAAACE/zmFW9c8uAKk/s1600/Tirinha\\_Sensacionalismo.jpg](http://2.bp.blogspot.com/_wBWh8NQA78/TBWEMQ8147I/AAAAAAAAACE/zmFW9c8uAKk/s1600/Tirinha_Sensacionalismo.jpg).  
(Acesso em 12/05/2016)

Os dois primeiros quadros da tirinha criam no leitor uma expectativa de desfecho que não se concretiza, gerando daí o efeito de humor. Nesse contexto, a conjunção e estabelece a relação de

- A) conclusão.
- B) explicação.
- C) oposição.
- D) consequência.

Uma noite, quando os integrantes do Jornal de Alagoas trabalhavam na redação de uma das folhas do jornal, surgiu alguém gritando que um incêndio lavrava na cidade, querendo devorar tudo. Um pavoroso e sinistro incêndio cuja proporção não se podia calcular. A Casa das Tintas era o local onde pairavam as chamas. A impressionante tragédia abalou até o governador do estado, que para lá foi e assistiu a tudo estupefato, em companhia de seus auxiliares imediatos. As chamas devoraram todo o estabelecimento e, ainda, cerca de vinte e cinco famílias ficaram no meio da rua com os seus móveis e utensílios.

Aquilo era, portanto, um quadro entristecedor e merecia um reparo. Latas de querosene, vasos de uso doméstico e outros vasilhames, oferecidos e levados por pessoas residentes nas proximidades e também alarmadas, eram entregues aos voluntários e militares que



MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR  
PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR EM BOA VISTA/RR  
1º PROCESSO PÚBLICO DE SELEÇÃO DE RESIDENTES/2023  
DIREITO

heroicamente lutavam contra as chamas, muitos deles intoxicados pelo mau cheiro saído daquele estabelecimento que continha grande quantidade de tintas e outros produtos tóxicos.

O então governador do estado de Alagoas, revoltado com o caso, esperava encontrar ali um Corpo de Bombeiros. Teve, no entanto, sua decepção e prometeu organizar uma unidade que viesse dar combate às chamas quando elas surgissem em algum ponto da cidade.

Internet: <[www.cbm.al.gov.br](http://www.cbm.al.gov.br)> (com adaptações).

**5 Com referência às ideias e aos aspectos linguísticos do texto apresentado, marque a alternativa VERDADEIRA (CEBRASPE. CBM-AL. 2021. Soldado do Corpo de Bombeiros. Adaptada):**

A) A vírgula empregada logo após o vocábulo “noite”, no primeiro período do primeiro parágrafo, poderia ser suprimida sem prejuízo da correção gramatical e dos sentidos do texto.

B) Na oração “Aquilo era, portanto, um quadro entristecedor” (segundo parágrafo), o termo “um quadro entristecedor” exerce a função de sujeito.

C) Na frase: “Aquilo era, portanto, um quadro entristecedor e merecia um reparo”, a primeira vírgula, que antecede à conjunção conclusiva “portanto”, pode ser retirada sem prejuízo gramatical.

D) Sem prejuízo da correção gramatical e da coerência do texto, o trecho “O então governador do estado de Alagoas” (último parágrafo) poderia ser reescrito da seguinte forma: O governador do estado de Alagoas naquela circunstância.

#### CONSTITUCIONAL

**6 Assinale a alternativa que preencha correta e respectivamente as lacunas. “Ninguém será preso senão \_\_\_\_\_ ou por ordem \_\_\_\_\_ e fundamentada de autoridade \_\_\_\_\_ competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei”. Alternativas (IBFC. UFPB. 2023- Técnico de Laboratório/Análises Clínicas):**

A) em flagrante delito / escrita / judiciária

B) preventivamente / oral / policial

C) temporariamente / escrita / ministerial

D) arbitrariamente / oral / militar



MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR  
PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR EM BOA VISTA/RR  
1º PROCESSO PÚBLICO DE SELEÇÃO DE RESIDENTES/2023  
DIREITO

**7 A respeito do princípio republicano, da hermenêutica constitucional, das súmulas vinculantes e das limitações ao poder constituinte, assinale a alternativa VERDADEIRA (CEBRASPE. 2023. MPE-SC- Promotor de Justiça Substituto. Adaptada):**

- A) Na interpretação jurisprudencial da Constituição Federal de 1988 (CF), os tribunais decidem sempre diante de um conflito real de pretensões, que deve ser posto em juízo de acordo com as normas processuais apropriadas.
- B) As limitações admitidas em face do poder constituinte originário permitem que, para fins de controle de constitucionalidade, as normas por ele produzidas sejam apreciadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF).
- C) A noção de República como forma de governo do Brasil está intrinsecamente ligada à ideia de igualdade e de ausência de privilégios de classe e nascimento.
- D) As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente a todos os demais Poderes.

**8 No tocante aos princípios fundamentais da CF, às restrições aos direitos fundamentais, aos direitos individuais e aos direitos políticos, assinale a alternativa VERDADEIRA (CEBRASPE. 2023. MPE-SC- Promotor de Justiça Substituto. Adaptada):**

- A) Em razão da centralidade dos direitos fundamentais no regime constitucional, eles não são passíveis de restrição por normas infraconstitucionais.
- B) A liberdade de manifestação do pensamento deve exercer-se, em regra, com a identificação do autor, mas essa exigência não veda a utilização de pseudônimos em obras artísticas, por exemplo.
- C) Conquanto sejam considerados direitos individuais, os direitos políticos não possuem a natureza de direitos fundamentais e, portanto, não se lhes aplicam as proteções do sistema constitucional de direitos fundamentais.
- D) O crime militar é devidamente conceituado na Constituição Federal.

**9 A respeito do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), assinale a opção correta. (CESPE / CEBRASPE- 2023- MPE-PA- Promotor de Justiça Substituto)**

- A) Por não consistirem em ato de caráter geral e abstrato, as resoluções do CNMP não se sujeitam ao controle de constitucionalidade por ação direta.
- B) O CNMP será composto, entre outros, por quatro membros oriundos dos ministérios públicos dos estados.





MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR  
PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR EM BOA VISTA/RR  
1º PROCESSO PÚBLICO DE SELEÇÃO DE RESIDENTES/2023  
DIREITO

C) Compete ao CNMP, e não ao STF, conhecer e dirimir conflito de atribuições entre membros de ramos diversos do Ministério Público.

D) Cabe ao CNMP rever, desde que provocado, processos disciplinares de membros dos ministérios públicos dos estados julgados há menos de um ano.

#### ADMINISTRATIVO

10 Em 5/1/2018, Bruno requereu à administração municipal autorização para promover o fechamento de uma via pública, com o intuito de realizar festa junina em 30/6/2018. Passados 120 dias do pedido, não houve nenhuma resposta do órgão competente. (CEBRASPE - 2022 - MPE-AC- Promotor de Justiça Substituto)

Nessa situação hipotética,

A) o silêncio administrativo não poderia ter sido interpretado como consentimento estatal, de forma que Bruno poderia ter ajuizado demanda judicial, a fim de obter do Poder Judiciário a autorização necessária, ou mesmo peticionar diretamente ao órgão competente, pleiteando a análise do seu pedido.

B) o silêncio administrativo deveria ter sido interpretado como consentimento estatal, de forma que Bruno poderia ter promovido a festa nos termos que constavam do requerimento inicial.

C) o silêncio administrativo não poderia ter sido interpretado como consentimento estatal, razão por que Bruno poderia ter ajuizado demanda judicial a fim de obter do Poder Judiciário provimento que obrigasse a manifestação de vontade da administração.

D) o silêncio administrativo deveria ter sido interpretado como consentimento estatal, porém a realização do evento dependeria da mobilização das forças de segurança para garantir a paz pública.

#### PENAL MILITAR

11 Marque a alternativa que apresenta uma afirmação VERDADEIRA:

A) Se um oficial do exército, em serviço, não fardado, solicita dinheiro de traficante de drogas para não adotar providências contra a prática ilícita, e este não aceita fazer o pagamento, essa situação caracteriza crime militar tentado de concussão. (FUNDEP. 2022. TJM-MG. Adaptada)

B) O civil não pode ser réu nem na Justiça Militar estadual nem na Justiça Militar da União.



MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR  
PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR EM BOA VISTA/RR  
1º PROCESSO PÚBLICO DE SELEÇÃO DE RESIDENTES/2023  
DIREITO

C) Os crimes militares são aqueles previstos no Código Penal Militar. Por isso, o crime de tortura, previsto na legislação extravagante, não pode ser considerado crime militar.

D) O Código Penal Militar adota, quanto ao estado de necessidade, a teoria diferenciadora, de origem alemã. O CP comum, por sua vez, abraçou a teoria unitária.

**12 Marque a alternativa FALSA (FUNDEP. 2022. TJM-MG. Juiz. Adaptada):**

A) A culpabilidade implica reprovação jurídica da contribuição de cada participante e orienta a individualização da pena a ser aplicada.

B) A comunicabilidade das elementares pessoais se concilia com a teoria monista.

C) A distinção entre autoria e participação conduz à caracterização de crimes diversos.

D) Os crimes dolosos contra a vida cometidos por militares contra civil serão, em regra, da competência do Tribunal do Júri. Nas hipóteses taxativamente elencadas no CPM, a competência será da Justiça Militar.

**13 Marque a alternativa FALSA**

A) O Código Penal Militar, quanto ao concurso de agentes, adotou a teoria monista.

B) O crime de homicídio, ainda que praticado por militar da ativa contra outro militar da ativa, em lugar sujeito à administração militar, não será um crime propriamente militar.

C) Em alguns dispositivos do Código Penal Militar, não se aponta a pena mínima no preceito secundário do tipo penal. Por isso, a Parte Geral do Código dispõe que o mínimo da pena de reclusão é de trinta dias e da pena de detenção e de um ano.

D) O Código Penal Militar, em alguns dispositivos, prevê a norma penal em branco, tal qual o art. 290, Tráfico, posse ou uso de entorpecente.

**14. Marque a alternativa que apresenta uma afirmação VERDADEIRA:**

A) O crime de deserção consuma-se após 8 dias da falta ao serviço.

B) O crime de deserção consuma-se após 8 dias de ausência.



MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR  
PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR EM BOA VISTA/RR  
1º PROCESSO PÚBLICO DE SELEÇÃO DE RESIDENTES/2023  
DIREITO

C) A deserção e a insubmissão são crimes propriamente militares e, por isso, somente podem ser praticadas por militares.

D) Admite-se a modalidade tentada do crime de deserção.

**15. Marque a alternativa que apresenta uma afirmação VERDADEIRA:**

A) Para fixação da pena privativa de liberdade, o juiz aprecia a gravidade do crime praticado e a personalidade do réu, devendo ter em conta a intensidade do dolo ou grau da culpa, a maior ou menor extensão do dano ou perigo de dano, os meios empregados, o modo de execução, os motivos determinantes, as circunstâncias de tempo e lugar, os antecedentes do réu e sua atitude de insensibilidade, indiferença ou arrependimento após o crime.

B) O Código Penal Militar, assim como o CP comum, adotou a teoria finalista da ação.

C) O Código Penal Militar considera reincidente o agente que comete novo crime, depois de transitar em julgado a sentença que, no país ou no estrangeiro, o tenha condenado por crime anterior, desde que não transcorrido o prazo de 6 anos.

D) Quando a lei determina a agravação ou atenuação da pena sem mencionar o quantum, deve o juiz fixá-lo entre um quinto e um terço, guardados os limites da pena cominada ao crime.

**PROCESSO PENAL**

**16 Sobre competência, sua fixação e modificação no processo penal, é VERDADEIRO afirmar que (FUNDEP. 2019. MPE-MG- Promotor de Justiça Substituto)**

A) é desconhecida, no processo penal, a hipótese de foro de eleição.

B) na conexão de crimes de competência das justiças federal e estadual, o entendimento prevalente, mas não unânime, é no sentido de promover-se a separação dos processos.

C) o provimento do incidente de deslocamento de competência provocado pelo Procurador-Geral da República somente depende de que, diante de grave violação a direitos humanos, tenha sido proposta ação penal e haja possibilidade de responsabilização internacional do Estado brasileiro.

D) configurado desacato à autoridade de juiz de Direito no exercício de funções eleitorais, a competência para o julgamento do crime será da Justiça Federal.

**17 Nos termos do Código de Processo Penal, entre as medidas assecuratórias (CS-UFG. 2023. TJ-GO. Residência jurídica)**



MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR  
PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR EM BOA VISTA/RR  
1º PROCESSO PÚBLICO DE SELEÇÃO DE RESIDENTES/2023  
DIREITO

A) caberá o arresto dos bens imóveis, adquiridos pelo indiciado com os proventos da infração, ainda que já tenham sido transferidos a terceiro.

B) caberá a hipoteca legal sobre os imóveis do indiciado, que poderá ser requerida pelo ofendido depois da sentença definitiva, sem necessidade de certeza da infração e indícios suficientes da autoria.

C) caberão o arresto, o sequestro ou a hipoteca legal, podendo o juiz determinar a alienação antecipada para preservação do valor dos bens sempre que estiverem sujeitos a qualquer grau de deterioração ou depreciação, mas não para suprir dificuldade para sua manutenção.

D) caberá, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou do ofendido, ou mediante representação da autoridade policial, ordenação do sequestro pelo juiz, em qualquer fase do processo ou ainda antes de oferecida a denúncia ou queixa.

**18 S. E., aposentado, sofreu estelionato. No dia 25 de abril de 2023, depositou o valor de R\$ 1.000,00 em conta corrente do estelionatário, localizada na agência bancária do Município X, fato autorizado pela instituição bancária, com sede no Município Y. Sendo morador do Município Z, S.E. procura a Delegacia Especializada em Fraudes da cidade, em que narrou os fatos. Considerando os critérios para fixação de competência, será competente o juízo criminal da comarca do Município. (CS-UFG. 2023. TJ-GO. Residência jurídica)**

A) Z, uma vez que a competência para julgar o crime de estelionato praticado mediante transferências de valores é o do domicílio da vítima.

B) X, uma vez que a competência é definida pela regra geral do lugar onde aconteceu o efetivo prejuízo da vítima, ou seja, no momento do apossamento da vantagem ilícita pelo estelionatário.

C) Y, considerando o fato de que a instituição bancária é quem será considerada a vítima, uma vez que terá que ressarcir o dano sofrido por S.E.

D) Y, uma vez que o foro competente para o processo e julgamento dos crimes de estelionato, sob a modalidade de transferência de valores, é o do local onde se deu autorização do pagamento.

**19 Na data designada para a audiência de instrução e julgamento, em processo penal em que se imputa ao acusado a suposta prática do crime de furto qualificado, compareceram duas vítimas, duas testemunhas de acusação, uma testemunha de defesa e o réu. (FGV. TJ-RN. 2023. Técnico Judiciário – Área Judiciária)**

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, a prova oral colhida em audiência seguirá a seguinte ordem:

Alternativas



MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR  
PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR EM BOA VISTA/RR  
1º PROCESSO PÚBLICO DE SELEÇÃO DE RESIDENTES/2023  
DIREITO

- A) interrogatório; vítimas; testemunhas de acusação; e testemunha de defesa;
- B) interrogatório; testemunhas de acusação; testemunha de defesa; e vítimas;
- C) vítimas; testemunhas de acusação; testemunha de defesa; e interrogatório;
- D) testemunhas de acusação; testemunha de defesa; vítimas; e interrogatório;
- E) testemunha de defesa; testemunhas de acusação; vítimas; e interrogatório.

**20 É correto afirmar que a mutatio libelli (FMP. TJ-MT. 2014. Juiz)**

- A) dispensa formalidades, porque tem por fim apenas corrigir erro de classificação jurídica do fato narrado na inicial acusatória.
- B) pressupõe, entre outras exigências, aditamento do acusador público e oportunidade de manifestação da defesa, em 5 dias, para que, assim, com base na prova colhida em audiência, o juiz possa condenar o acusado.
- C) pressupõe, dentre outras exigências constitucionais e legais pertinentes, aditamento oral ou escrito da inicial acusatória, desde que a infração seja de ação pública e o fato seja conexo, para que, com base na prova apurada na instrução, o juiz possa reconhecer na sentença condenatória elemento (elementar) ou circunstância não contida na acusação e assim dar ao fato nova definição jurídica.
- D) pode ser realizada pelo juiz ou tribunal, independentemente de aditamento, porque o acusado se defende do fato e não do artigo de lei constante da denúncia ou da queixa.

**PENAL**

**21 Um agente, querendo matar seus desafetos, colocou veneno no vinho que era servido em uma festa particular. Além de seus inimigos, outras pessoas que estavam no evento também morreram.**

- a) Na hipótese, houve dolo eventual, bem como concurso formal próprio ou perfeito de crimes;
- b) Na hipótese, o dolo é direto de 1º grau e o concurso de crimes é material heterogêneo;
- c) Na hipótese, o dolo é direto de 2º grau e o concurso de crimes é formal impróprio ou imperfeito;
- d) Na hipótese, o dolo é eventual e o concurso de crimes é material homogêneo.



MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR  
PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR EM BOA VISTA/RR  
1º PROCESSO PÚBLICO DE SELEÇÃO DE RESIDENTES/2023  
DIREITO

**PROCESSO PENAL MILITAR**

**22 Sobre a ação penal no processo penal militar, assinale a alternativa INCORRETA. (FUNDEP. 2022. TJM-MG. Juiz)**

- A) Na hipótese de ocorrência de um crime contra a honra previsto no Código Penal Militar, praticado por militar em serviço e em unidade sujeita à administração Militar, a ação penal será privada e de iniciativa do ofendido.
- B) Concluído o Inquérito Policial Militar, os autos irão ao Ministério Público e, apresentada a denúncia, não poderá o Ministério Público desistir da ação penal.
- C) Qualquer pessoa poderá prestar informações ao Ministério Público, sendo que estas informações, se escritas, deverão estar devidamente autenticadas; se verbais, serão tomadas por termo perante o juiz, a pedido do órgão do Ministério Público, e na presença deste.
- D) Nos delitos previstos no artigo 136 a 141 do CPM, quando o agente for militar ou assemelhado, a ação penal depende de requisição, que será feita ao procurador-geral da Justiça Militar, pelo Ministério a que o agente estiver subordinado; no caso do art. 141 do mesmo Código, quando o agente for civil e não houver coautor militar, a requisição será do Ministério da Justiça.

**23 Quanto à prisão em flagrante, assinale a alternativa incorreta. (FUNDEP. 2022. TJM-MG. Juiz)**

- A) A prisão em flagrante em que o autor é perseguido logo após o fato delituoso, em situação que faça acreditar ser ele o seu autor, é denominada na doutrina como flagrante impróprio ou imperfeito.
- B) A situação de flagrância em que a vítima comunica a ocorrência de um roubo, a viatura sai à procura do veículo subtraído e os militares visualizam o autor do crime, algumas horas depois do fato, em poder do veículo, dando-lhe voz de prisão, configura-se o chamado flagrante presumido ou ficto.
- C) O insubmisso ou desertor são submetidos a procedimento especial na lei processual penal militar; e quanto a estes, qualquer pessoa e os militares têm o dever de prendê-los em flagrante delito.
- D) Quando se tratar de crime permanente – aquele cuja consumação se protraí no tempo –, a prisão pode ser efetuada enquanto não cessar a permanência.

**24 Considerando os recursos no Processo Penal Militar, assinale a afirmativa INCORRETA. (FUNDEP. 2022. TJM-MG. Analista Judiciário)**

- A) Caberá recurso em sentido estrito da decisão ou sentença que decretar a prescrição, ou julgar, por outro modo, extinta a punibilidade.



MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR  
PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR EM BOA VISTA/RR  
1º PROCESSO PÚBLICO DE SELEÇÃO DE RESIDENTES/2023  
DIREITO

- B) Caberá apelação da sentença que absolver o réu por inimputabilidade em virtude de doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado.
- C) No caso de concurso de agentes, a decisão do recurso interposto por um dos réus, se fundada em motivos que não sejam de caráter exclusivamente pessoal, aproveitará aos demais.
- D) O Código de Processo Penal Militar contempla o princípio da fungibilidade recursal, que preconiza que, ressalvada a hipótese de má-fé, não será a parte prejudicada pela interposição de um recurso por outro.

**25 CB João, um sargento da Polícia Militar Estadual, foi denunciado pela prática do crime do artigo 305, CPM, por ter exigido vantagem indevida de um abordado civil. Durante a instrução do processo, o referido militar foi excluído da corporação por decisão proferida em processo administrativo disciplinar. Nesse caso, a competência para o processo e julgamento será**

- A) do juiz de direito da Justiça Militar.
- B) do juiz de direito da Justiça Comum.
- C) do Conselho Especial de Justiça.
- D) do Conselho Permanente de Justiça.



MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR  
PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR EM BOA VISTA/RR  
1º PROCESSO PÚBLICO DE SELEÇÃO DE RESIDENTES/2023  
DIREITO

Disserte em até 30 linhas sobre os seguintes aspectos da teoria geral do crime e da competência no processo penal (70 pontos):

ATENÇÃO! O que passar do número de linhas indicado não será considerado.

1.1. O conceito analítico de crime.

(5 linhas) (20 pontos)

1.2. A diferença de tratamento do estado de necessidade no CP comum e no CPM.

(5 linhas) (10 pontos)

1.3. A teoria da culpabilidade mais aceita para explicar as “descriminantes putativas”.

(5 linhas) (20 pontos)

1.4. O crime propriamente militar.

(3 linhas) (5 pontos)

2.1. Conexão e continência no Processo Penal.

(10 linhas) (5 pontos)

2.2. Havendo crime militar e crime comum, praticados pelo mesmo agente, haverá conexão ou continência?

(2 linhas) (10 pontos)





MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR  
PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR EM BOA VISTA/RR  
1º PROCESSO PÚBLICO DE SELEÇÃO DE RESIDENTES/2023  
DIREITO

|    |  |
|----|--|
| 1  |  |
| 2  |  |
| 3  |  |
| 4  |  |
| 5  |  |
| 6  |  |
| 7  |  |
| 8  |  |
| 9  |  |
| 10 |  |
| 11 |  |
| 12 |  |
| 13 |  |
| 14 |  |
| 15 |  |
| 16 |  |
| 17 |  |
| 18 |  |
| 19 |  |
| 20 |  |
| 21 |  |
| 22 |  |
| 23 |  |
| 24 |  |
| 25 |  |
| 26 |  |
| 27 |  |
| 28 |  |
| 29 |  |
| 30 |  |